

A Importância das Redes de Cooperação Solidária como Fator Competitivo em Empresas Autogestionárias

Mary Dayane Souza Silva
m.dayane.silva@gmail.com
UEPB

Adriana Sousa Silva
adriana.s.sousa@outlook.com
UEPB

Resumo: As mazelas sociais vêm exigindo, cada vez mais, soluções rápidas e viáveis que envolvam comunidade, governo e por vezes da iniciativa privada, em prol do desenvolvimento econômico, o qual tem se tornado de suma importância para suprir as necessidades da sociedade como um todo. Desse modo, o presente artigo traz a discussão sobre a utilização de redes de cooperação solidária como fator competitivo em empresas autogestionárias. Trazendo inicialmente reflexões sobre a importância da união de empresas em redes com o intuito de se manterem competitivas economicamente, e por representarem um meio para a transformação das condições de trabalho e vida dos indivíduos envolvidos no projeto autogestionário, utilizando-se para isso dos princípios da ES (economia solidária), organizados sobre a forma de sociedades comerciais ou civis autogeridas. Dentro desta perspectiva, a união de organizações em rede de cooperação solidária se apresenta de suma importância tanto no contexto empresarial como governamental, no sentido de auxiliar na competitividade destas empresas e de poder vir a proporcionar benefícios às atividades por estas desenvolvidas.

Palavras Chave: Redes de Cooperação - Economia Solidária - Competividade - Empresas Autogestion -

1. INTRODUÇÃO

A rapidez nas transformações econômicas e o crescente aumento dos níveis de competitividade tem criado o contexto propício para o desenvolvimento de novas formas de pequenas organizações atuarem solidariamente ao buscar o fortalecimento perante o mercado, no qual as redes solidárias têm ganhado poder de atuação nos campos da economia local, política e cultural, sendo um dos fenômenos, mas marcantes das últimas décadas.

Este crescimento vem se firmando gradativamente no projeto de construção de redes de cooperação solidária, aonde se busca a prática de uma globalização solidária, com valores contrapostos aos da globalização capitalista em curso, no qual as organizações de produção local podem competir com produtores maiores, sem que com isso deixem de praticar os princípios da ES (economia solidária).

Mais do que uma eficiente estratégia organizada por empresas, essas redes emergem como fatores coletivos que estão construindo um novo contrato social, que exige a justa distribuição da riqueza produzida coletivamente, o respeito ao equilíbrio dos ecossistemas e à diversidade de culturas, e um tratamento adequado às diversas questões levantadas pelos movimentos sociais populares, em busca do bem-estar de todas as pessoas, sinalizando um projeto de perspectivas promissoras, nas quais a colaboração solidária entre pessoas, empresas, organizações políticas, sociais e culturais permite construir novas relações humanas, garantindo que estas possam competir com as demais organizações por seu espaço no concorrido mercado, ao propiciar condições para a realização de atividades competitivas na construção coletiva, de uma sociedade que vive apenas no interesse capitalista.

A integração de redes de cooperação juntamente com a economia solidária, busca proporcionar as empresas autogeridas o cenário perfeito para realização de suas práticas, na medida em que estas se juntam com outras organizações na tentativa de se manter firmemente no mercado. Desse modo, o intuito deste artigo é discutir a importância da união de empresas autogestionárias em redes de cooperação solidárias na tentativa de competir com outras organizações por áreas de atuação, com foco ao mesmo tempo na geração de ganhos e investimentos na modernização e ampliação da própria atividade, e no desenvolvimento de políticas sociais voltadas para a melhoria do ambiente onde se encontram inseridas. Para isso, a metodologia empregada, tratou de uma abordagem qualitativa, baseado em uma pesquisa bibliográfica com o levantamento de informações e dados secundários nas principais instituições que atuam na área de desenvolvimento cooperativista.

Este artigo está estruturado em cinco seções além da introdução, a seção dois tratará o contexto em que surge a Economia Solidária e suas implicações, a seção três irá abordar o conceito de empresas Autogestionárias como nova forma de gestão. A seção quatro abordará o uso das redes de cooperação solidária como vantagem competitiva. E as considerações encerram este artigo na quinta seção.

2. ECONOMIA SOLIDÁRIA: PRINCÍPIOS, DEFINIÇÕES E DIFERENÇAS COM A ECONOMIA TRADICIONAL

O projeto de economia popular solidária surgiu de acordo com Amato Neto (2005) através de experiências pioneiras em Rochdale, por volta do século XIX a partir de críticas ao sistema industrial praticado na Inglaterra, suas primeiras experiências foram baseadas na organização de vilas ou aldeias cooperativas, voltada para a satisfação de suas próprias necessidades. Mas, somente com a primeira cooperativa voltada para o consumo, que se iniciou definitivamente todo o movimento de cooperativismo.

Segundo D'Avóla (2004), cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa coletiva e democraticamente gerida, voltada para uma economia solidária tendo como um de seus fundamentos o conjunto de iniciativas inspiradas em valores humanos, onde o ser humano pode ser considerado como o sujeito na atividade econômica. (D'AVÓLA, 2004).

Economia solidária pode ser definida como toda iniciativa econômica que incorpora trabalhadores associados em torno dos seguintes objetivos: (1) caráter coletivo das experiências (não são, portanto, formas de produção e consumo individuais, típicas da economia informal em seu sentido estrito), (2) generalização de relações de trabalho não assalariadas, (3) exercício do controle coletivo do empreendimento (de suas informações, fluxos, rendimentos etc.), e (4) inserção cidadã das iniciativas: respeito ao consumidor e ao meio ambiente, participação ativa na comunidade em que está inserida, articulação política com as outras iniciativas de economia solidária, denúncia de mecanismos antiéticos de mercado etc. (CRUZ, 2002).

Rufino (2003) coloca a Economia Solidária como um novo paradigma na busca de soluções para a crise social e econômica que gerou a exclusão de milhões de pessoas, abrindo um leque de possibilidades, apresentando uma nova lógica para a organização da produção: a solidariedade, no qual o projeto de economia solidária busca integrar entre outros aspectos a participação coletiva dos integrantes do projeto solidário como: a autogestão, a democracia coletiva, o igualitarismo, a cooperação, a auto-sustentação, a promoção do desenvolvimento humano e da responsabilidade social.

Torna-se, necessário avançar em formas de organização que facilitem a colaboração entre as diversas empresas que queiram integrar essas redes locais e regionais, em que o crescimento destas, indicaria a ampliação de novas possibilidades de ações solidárias, estrategicamente elaboradas com o intuito de fortalecer as mais diversas práticas realizadas pela economia solidária. Possibilitando, a construção de uma rede de colaboração solidária ou a colaboração solidária entre redes, para com isso chegar a uma rede global, ou a várias delas, atuando de maneira oposta ao capitalismo, que visa apenas o lucro, buscando além de ganhos financeiros a melhoria da região aonde se encontram fixadas.

A diferença existente entre essa nova forma de economia solidária e a economia tradicional, se dá pelo fato de que na primeira ocorre o desenvolvimento de uma nova forma de gestão baseada na auto-organização e distribuição das riquezas como um todo, já para a segunda, grande parte dos trabalhadores estão habituados à hierarquização das funções do modelo tradicional, e por isso, muitos destes têm dificuldade em agir em situações que exijam a participação mais efetiva deles. A diferença entre esses dois modelos de economia pode ser mais bem detalhada através da estrutura organizacional das empresas, que compõem esses dois setores conforme descrito pelo autor Amato Neto (2005). Como demonstra a tabela 01.

Tabela 1: Diferenças entre a sociedade cooperativa e a empresa tradicional.

SOCIEDADE COOPERATIVA	EMPRESA TRADICIONAL
O principal é o homem.	O principal é o capital.
O cooperado é sempre dono e usuário da sociedade.	Os sócios vendem seus produtos e serviços a uma massa de consumidores.
Cada pessoa conta com um voto na assembleia.	Cada ação ou quota conta um voto na assembleia.
O controle é democrático.	O controle é financeiro.
É uma sociedade de pessoas que funciona	É uma sociedade de capital que funciona

democraticamente.	hierarquicamente.
As quotas não podem ser transferidas a terceiros.	As quotas podem ser transferidas a terceiros.
Afasta o intermediário.	São muitas vezes os próprios intermediários.
Os resultados retornam aos sócios de forma proporcional as operações.	Dividendos retornam aos sócios proporcionalmente ao numero de ações.
Aberta a participação de novos cooperantes.	Limita, por vezes, a quantidade de acionistas.
Valoriza o trabalhador e suas condições de trabalho e vida.	Contrata o trabalhador como força de trabalho.
Defende preços justos.	Defende o menor preço possível.
Promove a integração entre as cooperativas.	Promove a concorrência entre as sociedades.
O compromisso é educativo, social e econômico.	O compromisso é econômico.

Portanto, a economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidade de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta a do modo de produção dominante. (SINGER, 2002). Assim, pode-se perceber que a empresa baseada na economia solidária busca entre outros fatores a qualidade de vida coletiva de todos os integrantes, ao contrário da economia tradicional que visa apenas o lucro e a posse dos meios de produção.

3. EMPRESAS AUTOGESTIONÁRIAS: UMA NOVA FORMA DE GESTÃO EMPRESARIAL

As constantes transformações no processo econômico têm obrigado muitas empresas de pequeno e médio porte, a enfrentarem crises financeiras e jurídicas cada vez mais intensas, obrigando a essas empresas a diminuírem seus gastos de varias maneiras, entre elas a demissão em massa de trabalhadores. É neste contexto de crise que surge uma nova forma de gestão empresarial baseada na autogestão, que segundo a Rede de cooperação para a sustentabilidade – CATALISA (2005) tem em seus princípios a busca por um modelo de organização que vise sustentar relações igualitárias, baseada na participação democrática da gestão, onde o processo de tomada de decisão é realizado de forma transparente e de forma compartilhada.

Para a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias - ANTEAG (2009), autogestão é um modelo de organização coletiva na qual o elemento essencial é a democracia, envolvendo a participação integral dos membros do grupo, acesso total às informações, conhecimento dos processos e, sobretudo, autonomia e autodeterminação.

As empresas autogestionárias são organizações baseadas no trabalho coletivo, configurando-se como uma organização, na qual ocorre à associação de pequenos produtores no desenvolvimento das atividades de produção para se estabelecer no mercado local, onde partes dos ganhos são repartidos entre os membros e a outra convertidos em benefícios para a região onde se encontram estabelecida, não levando em conta sua estrutura interna de gestão, mas sim a qualidade e a eficiência dos produtos e serviços oferecidos, que garantiram sua sobrevivência e sua auto-sustentação no mercado.

Rauen (2004) define que a autogestão com base na economia solidária, lida com a realidade vivida pelos trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, que constituem novos empreendimentos coletivos de produção e serviços, ou que assumem empresas falidas ou em dificuldades. Ainda conforme o autor, a nova política econômica moderna passou a valorizar os empreendimentos locais como forma de inserção no trabalho formal e também na sociedade, daqueles que foram excluídos pelo novo modelo de produção capitalista, fazendo recorrer na análise da economia solidária.

Para Tauile (2002), a autogestão é uma das formas particulares de economia solidária e pode ser constituída tanto a partir de uma empresa Ltda., sociedade anônima (S.A.), cooperativas, associação de trabalhadores etc. Logo, as empresas autogestionárias surgem, portanto, no contexto de insuficiência de criação de postos de trabalhos formais, na qual grupos de funcionários que anteriormente ocupavam seus cargos foram substituídos devido à implantação de novas tecnologias, ou mesmos num cenário de crise.

As cooperativas brasileiras já respondem por 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB), marcando presença em 1.407 municípios, sendo o movimento cooperativista representado oficialmente pelo sistema OCB, instituição privada composta de três entidades complementares entre si: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). (SESCOOP, 2011).

No Brasil a origem das atividades autogestionárias pelas empresas, pode-se dizer que constituem pelo menos dois amplos conjuntos, um desses conjuntos trata-se de empresas que passaram ou ainda passam por uma situação falimentar ou pré-falimentar. Sendo, que na origem desse grupo há situações que caracterizam subgrupos, em que num subgrupo o funcionamento da empresa era inviável porque diversos aspectos de sua estratégia estavam inadequados para que atuassem no mercado que se propunham. Em outro subgrupo compõe-se de empresas com taxas de exploração excessivas, apropriando-se privada e pessoalmente de grande parte do excedente, sem reuplicá-lo no próprio negócio. E um terceiro subgrupo seria ocupado por empresas abrangidas por influências externas, que apesar da atualidade de seus processos de produção, ficam prejudicadas pela falência ou mudança de estratégia em geral da empresa que as subcontrata. O segundo grupo de empresas autogestionárias é composto pelas empresas cuja origem foi estimulada por políticas de governos progressistas, ou criadas supostamente de maneira espontânea a partir de iniciativas comunitárias. (TAUILE, 2002).

Desse modo, percebe-se que parte dos empreendimentos autogestionários, surgiram a partir da iniciativa de trabalhadores que vieram de empresas, que por qualquer desses motivos não deram certo, e partiram em busca de um negócio próprio.

Nos empreendimentos autogestionários os trabalhadores que assumem a empresa só possuem conhecimento técnico de produção muitas vezes através do *learn-by-doing*, ou até de algumas noções de gerência, mas existe uma carência em conhecimentos técnicos de planejamento estratégico, questões mercadológicas, que vão se transformar em grandes desafios, visto que a maioria dos trabalhadores que assume a massa falida não pertencia aos escalões de decisão da empresa, poucos são os que já assumiram cargos de gerencia ou diretoria. (AZEVEDO, 2003).

Como afirmam Scheffer, Cario e Nicolau (2005) o modelo de *learning-by-doing* acontece dentro da empresa, pelo contato com o processo de produção, em que os trabalhadores aprendem as rotinas técnicas e administrativas, em que podem ocorrer inovações incrementais, na forma de melhorias na produção de bens ou na prestação de serviços. Com isso, existe certa dificuldade por parte dos trabalhadores que vieram de outras

empresas ao assumirem uma empresa autogestionária, visto que eles ocupavam cargos de natureza rotineira, na qual não era exigido maiores conhecimentos em relação à condução do negócio, entretanto, através do processo de *learning-by-doing* cria-se uma possibilidade para o trabalhador ter uma certa adequação ao novo ambiente de trabalho, proporcionando maiores conhecimentos a respeito da empresa.

Diante de tantos fatores que dificultam o sucesso dos empreendimentos, existem fatores favoráveis como a possibilidade de estar trabalhando em um negócio próprio, a transparência da gestão, a menor possibilidade de fraudes e desvios de recursos, o uso mais cuidadoso dos equipamentos e dos insumos, fora à vontade e a garra de vencer as dificuldades encontradas.

Assim, para que as entidades autogestionárias possam ter viabilidade econômica, de acordo com Rauen (2004), estas devem investir na construção de competências em mercados nos quais as firmas tradicionais não se insiram, tendo sua atuação voltada para mercados na qual a concorrência seja por diferenciação de produtos, objetivado a nichos específicos de mercado constituídos por consumidores que tenham um alto padrão aquisitivo que levem em consideração, em suas escolhas além da qualidade, o modelo de produção de economia solidária.

Desse modo, de acordo com Azevedo (2003), as empresas autogestionárias como quaisquer outras empresas precisam estar atentas aos cenários externos e aos concorrentes, sempre buscando manter a fidelidade dos consumidores e a conquista de novos clientes, através de produtos diferenciados, com qualidade e preços competitivos. Por outro lado, estas também precisam estar melhorando continuamente o processo produtivo, visando aumento da produtividade, o uso racional da matéria prima, evitando desperdícios com o objetivo de diminuir o custo do produto e aumentar a competitividade no mercado.

Moura e Meira (2002) afirmam que empresas autogestionárias não são novidade, a inovação está no crescimento desses empreendimentos e nas suas perspectivas. No Brasil, constam-se algumas experiências de empreendimentos autogestionários embora em menor grau, como exemplo merece destaque a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias (ANTEAG), que segundo Rauen (2004) abrangia em 1999 aproximadamente 50 empresas nas cinco regiões do país representando uma iniciativa de sucesso. Nesse ano, o Brasil possuía em torno de 5.000 empreendimentos autogestionários, sendo que a maior parte dividia-se principalmente entre o setor agropecuário e o de mão-de-obra (trabalho), existindo um número considerado de empreendimento que atuavam nestes setores se comparados com os demais segmentos no mesmo ano, como demonstra a tabela 02.

Ao compara-se os dados apresentados no ano de 99 com o relatório de gestão da SESCOOP (2011) constata-se um crescimento bastante expressivo de empreendimentos autogestionários. No entanto, pouco expressivo se comparado entre os anos de 2011 e 2012, de acordo com a tabela 03, no qual, é possível visualizar que o setor de agropecuária continua liderando o ranking, destacando-se ainda a ascensão dos setores de crédito e transportes. O sescoop atua em um ambiente de elevada complexidade, buscando apoiar de modo efetivo cooperativas de 13 (treze) diferentes ramos econômicos (da agricultura aos serviços, passando pelo comércio e pela indústria), com portes distintos que vai de grandes às pequenos empreendimentos, distribuídas espacialmente por todo o País.

Tabela 2: Quantitativo de cooperados, cooperativas e empregados em cooperativas no ano de 1999.

Segmentos	Número de Cooperativas	Número de Cooperados
Agropecuário	1.408	1.028.378
Consumo	193	1.412.664
Crédito	890	825.911
Educacional	193	65.818
Energia e telecomunicações	187	523.179
Especial- escolar	4	1.964
Habitacional	202	46.216
Mineração	15	4.027
Produção	91	4.372
Saúde	585	288.929
Trabalho	1334	227.467
Total	5102	4.428.925

Tabela 3: Número de cooperativas por ramo

Ramos	Ano		
	2011	2012	Variação
Agropecuário	1.523	1.528	0,33%
Consumo	120	114	-5,00%
Crédito	1.047	1.049	0,19%
Educacional	294	297	1,02%
Especial	9	8	11,11%
Habitacional	226	215	-4,87%
Infraestrutura	28	127	-0,78%
Mineral	69	75	8,70%
Produção	243	247	1,65%
Saúde	846	848	0,24%
Trabalho	966	954	-1,24%
Transporte	1.088	1.097	0,83%
Turismo e Lazer	27	28	3,70%
Total	6.586	6.587	0,02%

De acordo com a ANTEAG (2009), a autogestão nas empresas não se restringe apenas ao modo de gestão dentro da organização, engloba também a forma de relacionamento com o público externo, entre grupos de moradores, e com atividades políticas e sociais da cidade. Para a instituição, a autogestão dentro da empresa, além de proporcionar conhecimentos na área de administração do negócio, ela exige o conhecimento e participação das diversas áreas que compreendem uma unidade produtiva. Sendo assim, autogestão significa além de uma gestão autônoma dentro da organização, a troca de conhecimentos e o compartilhamento de experiências entre setores de uma organização, entre empresas e ainda com a sociedade.

4. O USO DE REDES DE COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA COMO VANTAGEM COMPETITIVA

Devido às mudanças rápidas que vem ocorrendo na economia, e a competição cada vez mais, intensa dos mercados e dos mecanismos de produção, muitas das empresas autogestionárias não conseguem acompanhar esse novo e rápido desenvolvimento, necessitando adotar práticas que as mantenham competitivas perante seus concorrentes. É neste contexto, que surgiu como forma alternativa a esses desafios a criação de redes de cooperação, com o intuito de demonstrar a vantagem adquirida da união destas empresas e de que forma essa associação pode ser mais proveitosa, na tentativa de se manter ativas economicamente e ganhar competitividade no mercado global.

De acordo com Leon e Amato Neto (2001), a sociedade de empresas, por vezes chamada rede de empresas, é um modo de agrupamento destinado a favorecer a atividade de cada uma delas sem que estas tenham forçosamente laços financeiros entre si. As redes de empresas são formadas inicialmente com o objetivo de reduzir incertezas e riscos, organizando atividades econômicas a partir da coordenação e cooperação entre empresas. (LEON e AMATO NETO 2001).

Casarotto Filho e Pires (2001) definem uma rede como uma linha dinâmica unida por vários pontos, onde as organizações precisam se manter interconectada umas as outras para que possam assim, estabelecer uma cooperação entre as organizações que compõe estas redes. A cooperação entre pequenas empresas é algo tão irreversível como a globalização, ou melhor, talvez, seja a maneira como as pequenas empresas possam assegurar sua sobrevivência e a sociedade garantir seu desenvolvimento equilibrado. (CASAROTTO FILHO e PIRES, 2001, p.38).

Para Amato Neto (1999), os principais fundamentos de funcionamento das redes de cooperação solidária preveem:

- a) Autonomia: independência de seus integrantes em relação aos demais, não havendo relação de subordinação;
- b) Valores e objetivos compartilhados: a união dos integrantes se deve ao conjunto de valores e objetivos comuns;
- c) Vontade: as pessoas não são obrigadas a permanecer ou a entrar em uma rede;
- d) Conectividade: uma rede é uma junção dinâmica de muitos pontos. Só quando estão ligados uns aos outros é que indivíduos e organizações mantêm uma rede;
- e) Participação: a funcionalidade de uma rede só existe no momento de movimento, isto é, a cooperação entre os integrantes de uma rede é o que a faz funcionar;
- f) Multiliderança: uma rede não possui hierarquia. Todas as decisões são compartilhadas;
- g) Informação: circula livremente, emitida de pontos diversos e encaminhada de maneira não linear a uma infinidade de outros pontos, que também são emissores;
- h) Descentralização: uma rede não tem centro. Há um equilíbrio entre todos os nós, tornando-os potencialmente centros;
- i) Múltiplos níveis: uma rede pode se desdobrar em múltiplos níveis ou segmentos autônomos, capazes de operar independentemente do restante da rede, de forma temporária ou permanente, conforme a demanda ou a circunstância. Sub-redes têm o mesmo "valor de rede" que a estrutura maior à qual se vinculam.

Mance (2007) elenca quatro critérios básicos para a participação nas redes de colaboração solidária: a) que nos empreendimentos não exista nenhum tipo de exploração de trabalho; b) busque-se preservar o equilíbrio ecológico dos ecossistemas; c) compartilhar significativas parcelas do excedente para a expansão da própria rede; d) autodeterminação dos fins e autogestão dos meios, em espírito de cooperação e colaboração.

Assim, as redes de cooperação solidárias podem ser entendidas, como a união de empresas ou organizações em cooperação na busca de benefício para ambas e para sociedade onde se encontram estabelecidas, procurando estimular as trocas de informações, a consolidação das relações econômicas, à criação de novas experiências, e o apoio a ações de nível local e regional como forma de colaborar com o crescimento da ES como um todo.

As empresas baseadas nos princípios da economia solidária podem desenvolver seus projetos de desenvolvimento local e ao mesmo tempo manter-se ativa no mercado através da cooperação entre as organizações, onde a economia solidária em uma organização econômica se realiza através da associação igualitária, com metas comuns na busca de recursos e rendas de forma comunitária, na qual, à posse dos meios pelos quais os indivíduos irão exercer as suas atividades econômicas em cooperação, é um fator necessário e importante.

Segundo Rufino (2003) a economia solidária não é nova, nem foi desenvolvida em bases teóricas de forma individual, ela é um processo, contínuo de busca para a superação das deficiências e problemáticas do sistema atual produtivo. Onde a formação de redes podem atuar de forma a cooperar no desenvolvimento das atividades a serem realizadas pelo projeto de economia solidária bem como do aumento da competitividade destas empresas nos mercados nacional e internacional.

Esses grupos de empresas precisam para isso expandir seu mercado, aumentando cada vez mais, sua vantagem competitiva, que segundo Lacombe (2005), é a habilidade de obter retornos econômicos acima do normal em períodos prolongados. Sendo, necessário para tanto o desenvolvimento de um sistema econômico local competitivo que de acordo com Casarotto Filho e Pires (2001) é composto de três fatores: o econômico com a globalização e a conseqüente competição internacional; o social com a regionalização; e o político com a descentralização, através da flexibilidade para arranjar seus fatores e torna-se competitiva. Conforme descrita na figura 1.



Figura 02 – Sistema econômico local competitivo

A combinação destes fatores proporcionaria o ambiente ideal para o desenvolvimento competitivo, uma vez que, a globalização exige das empresas um nível alto de

competitividade, que aliado a interesses sociais e a descentralização destas empresas por meio da flexibilização de seus processos, possibilitaria a instauração de uma rede solidária, que permita a cooperação entre as empresas, garantindo dessa forma a realização de ações comuns na busca pela melhoria do local ou região onde esta se encontra. E a não ser que estas organizações tenham uma boa área de mercado local, dificilmente estas, ganharam algum alcance globalizado se continuarem atuando de forma individual, não estando livre de a qualquer momento uma empresa, vir a se firmar em sua área de atuação, aumentando as chances de que estes empreendimentos não consigam se manter estabelecidas no mercado. (CASAROTTO FILHO e PIRES, 2001).

Logo, a formação de redes de empresas e as relações sólidas que estas podem manter, poderão conferir as organizações um suporte estratégico no desenvolvimento de suas atividades, permitindo-as conquistarem a vantagem competitiva perante o mercado mundial, uma vez que, o desenvolvimento organizativo pode ser utilizado como uma forma de reestruturação produtiva do território local e também para a conseqüente modernização destas empresas melhorando com isso sua atuação, e tornando-a assim mais competitiva. No entanto, Casarotto Filho e Pires (2001) enfatizam que mesmo que a empresa opere somente no mercado nacional, esta não deve deixar de se manter informada sobre as ações de seus potenciais concorrentes, na tentativa de proteger e preservar seu mercado atual como uma forma também de se manter competitiva.

Dessa forma, a cooperação entre redes, além de proporcionar a possibilidade de que estas organizações possam dispor de tecnologias a serem compartilhadas por outras empresas que participam da rede, ainda reduzem os custos de transação respectivos ao processo de inovação, aumentando com isso a eficiência econômica e por consequência, gerando o ambiente necessário para o aumento da competitividade destes empreendimentos.

Portanto, a organização de redes de cooperação solidária tem por objetivo, o fortalecimento dos grupos com características semelhantes e a influência que a união destes tende a proporcionar na busca de ganhos coletivos, de forma que todos os integrantes da rede, possam se beneficiar, bem como o local onde estas atuam. Assim, as redes de colaboração solidária procuram pregar uma gestão mais voltada para a democracia do poder, buscando uma forma de garantir a todos os integrantes, iguais condições de participar e intervir na decisão não somente sobre as atividades de produção e consumo desenvolvidas nas redes, mas também, nas demais composições da sociedade, enfatizando o valor da cidadania na busca do bem comum e da cooperação entre as pessoas e as organizações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discursões sobre as redes de cooperação solidária são advindas das reflexões, que emergiram como uma alternativa eficiente à concorrência constante do ambiente econômico, no qual, a importância dessas redes esta na busca da garantia do sucesso dessas organizações e da vantagem competitiva que esta formação pode proporcionar perante outros empreendimentos, e na relação dos integrantes, dependendo de como estes interagem e como colaboram com os demais componentes da rede.

Desse modo, este artigo procurou elucidar sobre a importância da união entre empreendimentos, demonstrando que as empresas autogestionárias têm condições de formar redes de cooperação solidária para aumentar sua competitividade, sem necessariamente perder seu lado solidário e sem tornar-se uma empresa de princípios amplamente capitalista que vise apenas o lucro.

As redes de cooperação solidária procuram desenvolver ações voltadas para o bem estar coletivo, desempenhando um papel extraordinário por possibilitarem a união entre pequenos produtores locais, com um intuito de se manterem ativos eficientemente no mercado, tendo o seu alicerce baseado nos princípios da economia solidária através das empresas autogestionárias. Proporcionando, tanto as empresas que compõem a rede, ganhos com essa associação, como a comunidade onde esta desempenha suas atividades de produção, sendo desenvolvidas também iniciativas públicas de caráter estritamente solidário para o melhoramento do ambiente de convivência social e comunitário das organizações que integram essas redes.

Assim, pode-se verificar a importância socioeconômica presente neste tipo de cooperação entre empresas, as quais são compostas essencialmente por pequenos produtores e trabalhadores advindos de situações econômicas e sociais difíceis, de terem a oportunidade de competir com outras organizações maiores, através da formação de redes de cooperação solidária, uma vez que, este tipo de associação constitui um meio bastante eficaz para as empresas se manterem firmemente no mercado globalizado, possibilitando ainda, a realização ações de caráter social, voltadas para o bem de todos os integrantes das redes, assim, como dos moradores das localidades onde atuam.

6. REFERÊNCIAS

ANTEAG (2009). **Associação nacional de trabalhadores em empresas autogestionárias**. Disponível em: <<http://www.anteag.org.br>>. Acesso em 28 de Maio de 2012.

AMATO NETO, João (Org.). **Redes entre organizações do conhecimento e da eficácia operacional**. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Redes de cooperação produtiva: antecedentes, panorama atual e contribuições para uma política industrial**. Tese (Livre Docência) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

AZEVEDO, Alessandra de. **Inovação tecnológica em empreendimentos autogestionários: utopia ou possibilidade?**. Trabalho apresentado no IX Colóquio Internacional sobre Poder Local, em Salvador, no período de 15 a 18 de junho de 2003. Disponível em: <<http://base.socioeco.org/docs/tecno.pdf>>. Acesso em: 02 de Junho de 2013.

CATALISA (2010). **Rede de Cooperação para Sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.catalisa.org.br>>. Acesso em 28 de Maio de 2012.

CASAROTTO FILHO, Nelson; PIRES, Luis H. **Redes de pequenas e medias empresas e desenvolvimento local: estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

D'AVÓLA Filho, Gesualdo. **Cooperativismo e seus princípios**. Disponível em: <<http://www.catalisa.com.br/site/textoteca/86-cooperativismo-e-seus-princos>>. Acesso em 12 de Abril de 2013.

LACOMBE, Francisco José Mosset. **Recursos humanos: princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2005.

LEON, Maria Elena; AMATO NETO, João. **Redes de cooperação produtiva: uma estratégia de competitividade e sobrevivência para pequenas e medias empresas**. Revista Gestão & Produção, v 8, nº. 3, pp 289-303, 2001.

MANCE, Euclides André. **Extraído do verbete rede de colaboração solidária**. Publicado em: CATTANI (Org.), Antonio. **La outra economia**. Buenos Aires: Altamira, 2004. Disponível em: <<http://vinculado.org/economiasolidaria/redessolidariadecolaboracao.html>>. Acesso em: 10 de Março de 2013.

MOURA, Maria Suzana; MEIRA, Ludmila. **Desafios da gestão de empreendimentos solidários**. Bahia, Análise & Dados, v 12, nº 1, 2002.

RAUEN, André Tortato. **Eficiência coletiva & empreendimentos autogestionários**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/biblioteca22/andre_rauen_eficiencia_coletiva_emp_autogestionarios.pdf>. Acesso em 22 de Maio de 2013.

RUFINO, Sandra. **Redes de cooperação solidárias na contribuição do desenvolvimento local: a economia solidária em questão.** Disponível em: < http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2003_TR0706_0590.pdf >. Acesso em 15 de Maio de 2013.

SESCOOP (2011). **Panorama do cooperativismo brasileiro – 2011.** Disponível em: < http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro__2011.pdf >. Acesso em 28 de Maio de 2013.

SCHEFFER, Janaína; CARIO, Silvio A. F; NICOLAU, José Antonio. **A Capacitação tecnológica em micro e pequenas empresas em arranjos produtivos locais: um estudo no segmento de materiais plásticos.** Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/anpecsul2005/artigos/area3-08.pdf>> Acesso em 02 de Junho de 2013.

TAUILE, José Ricardo. **Do socialismo de mercado à economia solidária.** Disponível em: < http://www.ie.ufrj.br/revista/pdfs/do_socialismo_de_mercado_a_economia_solidaria.pdf >. Acesso em 31 de Maio de 2013.